1992, e o Protocolo de Alterações à Carta Social Europeia, aberto à assinatura em Turim em 21 de Outubro de 1991.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Multilaterais, 27 de Junho de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 226/97

Por ordem superior se torna público que a Letónia ratificou, em 2 de Junho de 1997, a Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, aberta à assinatura em Estrasburgo em 20 de Abril de 1959 e tendo entrado em vigor em 12 de Junho de 1962, bem como o Protocolo Adicional, aberto à assinatura em Estrasburgo em 17 de Março de 1978 e tendo entrado em vigor em 12 de Junho de 1982.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Multilaterais, 27 de Junho de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 227/97

Por ordem superior se torna público que a Irlanda assinou, em 14 de Maio de 1997, o Protocolo de Alterações à Carta Social Europeia, aberto à assinatura em Turim em 21 de Outubro de 1991.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Multilaterais, 27 de Junho de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 228/97

Por ordem superior se torna público que a Estónia ratificou, em 28 de Abril de 1997, a Convenção Europeia no Domínio da Informação sobre Direito Estrangeiro, aberta à assinatura em Londres em 7 de Junho de 1968 e tendo entrado em vigor em 17 de Dezembro de 1969, bem como o Protocolo Adicional, aberto à assinatura em Estrasburgo em 15 de Março de 1978 e tendo entrado em vigor em 31 de Outubro de 1979.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Multilaterais, 27 de Junho de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 229/97

Por ordem superior se torna público que o Listens-taina ratificou, em 17 de Abril de 1997, a Convenção Europeia sobre o Estatuto Jurídico das Crianças Nascidas Fora do Casamento, aberta à assinatura em Estrasburgo em 15 de Outubro de 1975 e tendo entrado em vigor em 11 de Agosto de 1978.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Multilaterais, 27 de Junho de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 230/97

Por ordem superior se torna público que a Moldova assinou, em 6 de Maio de 1997, a Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, aberta à assi-

natura em Estrasburgo em 21 de Março de 1983 e tendo entrado em vigor em 1 de Julho de 1985.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Multilaterais, 27 de Junho de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 177/97

de 24 de Julho

A TEVIZ — Fábrica Têxtil de Vizela, L.^{da}, com sede em Moreira de Cónegos, Guimarães, é uma das empresas de maior relevância no concelho e no sector, empregando 766 trabalhadores e facturando mais de 4 milhões de contos por ano.

Criou, em local adjacente às suas instalações, a TEVITOM — Confeccões de Vestuário, L.^{da}, que, por sua vez, emprega 160 trabalhadores e vem evoluindo muito favoravelmente.

A primeira daquelas empresas atravessou, como tantas outras empresas do sector, um período de dificuldades económicas, com repercussão na sua situação financeira, que está a superar gradualmente, tendo registado nos anos de 1995 e 1996 resultados positivos.

É de salientar que a TEVIZ — Fábrica Têxtil de Vizela, L.^{da}, foi capaz de prosseguir, apesar das dificuldades, o seu esforço de modernização e que conhece uma reduzida conflitualidade laboral, bem como negociou a reestruturação do seu passivo bancário em condições muito favoráveis, tendo assegurados os apoios correntes necessários ao prosseguimento da sua actividade.

Em termos de qualidade de produtos, qualificação técnica do pessoal, nível tecnológico do equipamento e capacidade concorrencial é considerada razoavelmente boa.

A sua gestão é também considerada boa, embora se julgue de incentivar, com a prevista transformação em sociedade anónima, o reforço da profissionalização da administração.

A TEVIZ procurou regularizar a sua situação tributária e contributiva ao abrigo do Decreto-Lei n.º 225/94, de 5 de Setembro, não o tendo conseguido dado o carácter restritivo daquele diploma, embora tenha mantido durante muito tempo a realização de pagamentos por conta. Depois da aprovação do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto, vem assegurando o cumprimento das suas obrigações correntes.

Tendo sido a TEVIZ uma das primeiras empresas a solicitar a aplicação de medidas previstas no Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto, foi o Gabinete de Coordenação para a Recuperação de Empresas (GACRE) de parecer que se justificaria, face à reduzida capacidade, nesta fase, de libertação de meios por parte da empresa, conjugar a dação de bens em pagamento, segundo processo administrativo que corre actualmente os seus trâmites, com a conversão de créditos do Estado e da segurança social em capital da sociedade.

Já a TEVITOM foi enquadrada, sem dificuldades, em regime prestacional.

A conversão de créditos em capital, que, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto, deve ser aprovada por decreto-lei, faz-se no presente

caso, de harmonia, aliás, com o mesmo diploma, com restrição dos poderes gestionários dos accionistas públicos e com celebração de contrato-promessa de compra e venda incidindo sobre as acções resultantes da conversão.

Prevê-se igualmente, na linha do preconizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/96, publicada em 4 de Julho, que uma parte das acções resultantes da conversão (*success fee*) seja atribuída aos administradores que executem o projecto de consolidação financeira e de reestruturação empresarial em que se enquadram as medidas agora adoptadas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

É autorizada a conversão de créditos do Estado e das instituições de segurança social em capital social da TEVIZ — Fábrica Têxtil de Vizela, L.^{da}

Artigo 2.º

1 — A conversão restringir-se-á aos créditos por dívidas vencidas até 31 de Julho de 1996 e pelos respectivos juros de mora que não sejam satisfeitos por qualquer das formas de pagamento previstas no Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto.

2 — Na conversão dos créditos por juros de mora em capital social serão apenas abrangidos os juros vencidos até à data da apresentação do requerimento previsto no artigo 14.º do referido decreto-lei, considerando-se suspensa naquela data a sua contagem em relação aos créditos abrangidos pela conversão.

Artigo 3.º

1 — A concretização da conversão de créditos em capital depende da verificação das seguintes condições prévias:

- a) Realização da auditoria prevista no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto;
- b) Aprovação pelo Gabinete de Coordenação para a Recuperação de Empresas (GACRE) de projecto de consolidação financeira e de reestruturação empresarial;
- c) Redução do capital para cobertura de prejuízos;
- d) Transformação da TEVIZ — Fábrica Têxtil de Vizela, L.^{da}, em sociedade anónima.

2 — A conversão de créditos em capital social realizar-se-á mediante escritura pública, podendo no mesmo acto ser aumentado o capital social mediante subscrição pelos actuais sócios.

Artigo 4.º

1 — Os direitos de voto inerentes às acções que resultarem da conversão de créditos em capital social serão exercidos nos termos de um acordo parassocial a celebrar pelos titulares das referidas acções em conexão com a aprovação do projecto de consolidação financeira e de reestruturação empresarial, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º

2 — O Estado e as instituições de segurança social não poderão ser eleitos para o órgão de administração da sociedade.

3 — O acordo referido no n.º 1 não pode obrigar um accionista a votar:

- a) Seguindo sempre as instruções da sociedade ou de um dos órgãos;
- b) Aprovando sempre as propostas feitas por estes;
- c) Exercendo o direito de voto ou abstendo-se de o exercer em contrapartida de vantagens especiais.

Artigo 5.º

1 — É autorizada a celebração de contrato-promessa de compra e venda relativo às acções resultantes da conversão de créditos em capital social, nos termos do qual a sociedade ou os actuais sócios poderão adquirir as referidas acções até Outubro de 2005 nas condições previstas no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto.

2 — Nessa eventualidade, a sociedade constituirá, com vista à aquisição de acções nas condições do número anterior, uma reserva contratual à qual afectará anualmente uma percentagem, a fixar no contrato-promessa de compra e venda, dos resultados que não devam ser objecto de reinvestimento.

3 — O contrato-promessa de compra e venda poderá prever que o Estado e as instituições de segurança social transfiram para os administradores executivos indicados pelos actuais sócios, a título de prémio pela boa execução do projecto de consolidação financeira e de reestruturação empresarial, a titularidade de um conjunto de acções não superior a 20% do capital social, sendo-lhes facultado desde o início do projecto o exercício, mediante procuração, dos correspondentes direitos de voto.

4 — Não sendo celebrado contrato-promessa de compra e venda nos termos do n.º 1, será desencadeado processo de alienação em data não posterior à prevista no mesmo número, concedendo-se no entanto aos actuais sócios, em termos a definir por contrato, direito de preferência na alienação das acções resultantes da conversão.

Artigo 6.º

As operações previstas nos artigos anteriores e todas as que decorram do projecto de consolidação financeira e de reestruturação empresarial, como tal consideradas em certificado emitido pelo GACRE, beneficiarão da isenção prevista no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto.

Artigo 7.º

1 — A concretização das operações previstas no presente diploma e na escritura relativa à conversão de créditos em capital depende, conforme os casos, de despacho dos Ministros das Finanças e da Solidariedade e Segurança Social.

2 — A representação do Estado e das instituições de segurança social nas operações previstas no presente diploma e instrumentos contratuais subsequentes competirá, respectivamente, à Direcção-Geral do Tesouro e ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Maio de 1997. — António Manuel de Oliveira Guter-

res — António Luciano Pacheco de Sousa Franco — José Eduardo Vera Cruz Jardim — Augusto Carlos Serra Ventura Mateus — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.

Promulgado em 3 de Julho de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 10 de Julho de 1997.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

Decreto-Lei n.º 178/97

de 24 de Julho

As sucessivas alterações introduzidas no Código do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142-A/91, de 10 de Abril, designadamente as que resultaram do Decreto-Lei n.º 261/95, de 3 de Outubro, foram gerando discrepâncias entre as normas sancionatórias de remissão e as normas remetidas. Criaram igualmente novos deveres. Pretende-se, considerando a especificidade de que se revestem as normas sancionatórias — e a relevância das mesmas na supervisão e fiscalização do mercado —, eliminar aquelas discrepâncias, algumas vezes dadas por meras renumerações de artigos, bem como dar cobertura sancionatória a alguns dos mencionados novos deveres.

Visa-se, outrossim, clarificar algumas normas cuja interpretação tem suscitado dificuldades e, em alguns casos, introduzir ajustamentos no que respeita a lacunas de protecção contemporâneas da versão originária do Código.

Considerou-se, em particular, a necessidade de fazer acompanhar, em sede contra-ordenacional, os novos poderes de supervisão e fiscalização entretanto conferidos à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) por diversa legislação avulsa — Decretos-Leis n.ºs 163/94, de 4 de Junho, 276/94, de 2 de Novembro, ou 294/95, de 17 de Novembro. Para o efeito, consagrou-se uma norma que estabelece uma conexão com deveres constantes, ou baseados, não só nessa legislação avulsa, como em outra que venha a ser publicada.

Em matéria de divulgação de informação ao público, pretende-se clarificar que o âmbito da responsabilidade abrange também os membros dos órgãos de administração e fiscalização das entidades que fornecem a informação, bem como os auditores e pessoas que hajam preparado ou verificado elementos constantes da informação divulgada.

Estatuiu-se ainda o dever de as entidades emitentes entregarem à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, previamente à respectiva publicação, os documentos informativos de publicação obrigatória.

Adaptou-se o regime de prestação de informação semestral e, se for caso disso, trimestral das sociedades com acções cotadas à possibilidade, entretanto consagrada no Código das Sociedades Comerciais, de o exercício anual não coincidir com o ano civil. Passou a permitir-se também que, em certos casos, as entidades emitentes façam acompanhar os respectivos documentos de prestação de contas de parecer elaborado por auditor registado na CMVM. Manteve-se, em outros, como na prestação de informação anual ao mercado ou na instrução de pedidos de registo de ofertas de subscrição

ou transacção por entidades emitentes sem valores cotados, a obrigatoriedade de elaboração de relatório de auditoria.

Adaptou-se o regime da taxa de operações fora de bolsa às situações específicas contempladas nos n.ºs 3 e 6 do artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais.

Aproveitou-se ainda para proceder à correcção de lapsos, não oportunamente rectificadas, constantes de preceitos aditados ao Código pelo Decreto-Lei n.º 261/95, de 3 de Outubro.

Assim:

No uso da autorização legislativa conferida pelo artigo 79.º da Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Os artigos 97.º, 100.º, 339.º, 341.º, 342.º, 343.º, 408.º, 429.º, 528.º-A, 531.º-A, 670.º, 671.º e 672.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142-A/91, de 10 de Abril, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 97.º

[...]

1 —

2 — Ficam ainda sujeitos ao regime do número anterior os membros dos órgãos de administração e fiscalização das entidades nele referidas, as pessoas, pertencentes ou não aos quadros daquelas entidades, que, com o seu consentimento, sejam nomeadas na informação como tendo preparado ou verificado qualquer elemento nela incluído, ou qualquer estudo, previsão ou avaliação em que essa informação se baseie, e o auditor registado na CMVM pelos relatórios ou pareceres que tenha elaborado.

3 — As entidades e pessoas referidas nos números anteriores não poderão, nomeadamente pela insuficiência, inexactidão ou falsidade da informação que divulguem, pela falta de rigor ou de fundamento objectivo dos indicadores, previsões ou juízos de valor que dela façam constar, pela forma dúbia ou confusa que revista, pelo modo ou contexto da sua apresentação, pela sua falta de actualidade ou de oportunidade, pela omissão de esclarecimentos necessários para o seu correcto entendimento e avaliação ou por quaisquer outras circunstâncias cujo conhecimento, explicitação ou consideração fosse razoavelmente exigível das mesmas entidades e pessoas, induzir o público em erro sobre a realidade dos factos, situações, actividades, resultados, negócios, perspectivas, valores, taxas de rendimento ou de valorização de capital investido ou quaisquer outras matérias que sejam objecto dessa informação.

Artigo 100.º

[...]

1 — Nos casos especificados no n.º 2 do presente artigo, o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados e os demais documentos de prestação de contas das entidades emitentes de valores mobiliários devem ser acompanhados, além da correspondente certificação legal de contas nos casos aplicáveis, de relatório ou parecer elaborado por auditor registado na CMVM, nos termos dos artigos 103.º e seguintes.

2 —